

Governo Leite prepara proposta de reajuste salarial para o magistério

Leite deve propor 3,62% ao magistério

Projeto será enviado ao Legislativo. Governador atrela correção salarial aos demais servidores ao corte de incentivos fiscais

PAULO EGÍDIO

paulo.egidio@zerohora.com.br

O governo Eduardo Leite encaminhará ainda esta semana à Assembleia Legislativa projeto de lei para reajustar os salários dos professores da rede estadual. O texto deve ser protocolado entre hoje e amanhã.

A correção salarial será de 3,62%, mesmo índice aplicado ao piso nacional do magistério pelo Ministério da Educação. O assunto foi um dos temas da reunião entre deputados da base aliada e o chefe da Casa Civil, Artur Lemos, ontem.

Em um cálculo preliminar apresentado aos deputados, o reajuste oferecido pelo Piratini deve ser aplicado integralmente a 99% dos professores da ativa e cerca de três quartos dos aposentados. Os demais terão parte da correção descontada da parcela de irredutibilidade, que reúne os adicionais por tempo de serviço extintos na reforma do plano de carreira, em 2020.

De acordo com um deputado que esteve na reunião, o impacto do reajuste deverá ser de cerca de R\$ 200 milhões por ano. Hoje, o piso nacional dos professores é de R\$ 4.580,57 para a jornada de 40 horas semanais.

Leite vinculou a concessão de reajustes salariais e a nomeação de novos servidores ao corte de benefícios fiscais promovidos pelo Palácio Piratini. A redução desses incentivos foi deflagrada no ano passado, como compensação ao fracasso na tentativa de aumentar a alíquota geral do ICMS.

No momento, o governo sofre pressão tanto dos sindicatos, que reivindicam correção salarial a diferentes categorias,

quanto do setor empresarial, que almeja atenuar o teor do corte dos benefícios, cujos efeitos entrarão em vigor em abril.

– Estamos discutindo com setores econômicos ajustes necessários para garantir competitividade, só que cada ajuste é menos recurso que entra no caixa, e assim, menos possibilidade de atendimento a demandas dos servidores, que são justas e legítimas – disse Leite, após cerimônia no Palácio Piratini.

Reuniões

O governador estimou que em março promoverá nomeações, mas não detalhou quais áreas serão contempladas. Ele relatou que tem mantido reuniões com integrantes das secretarias da Fazenda e do Planejamento para avaliar o conjunto de demandas do funcionalismo e a necessidade de chamamento de servidores para a reposição de aposentadorias.

Ao final de 2023, o Estado conseguiu sair do limite prudencial de gastos com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que abriu espaço para a concessão de reajustes e promoções ao funcionalismo. No entanto, o Piratini mantém cautela sobre o cenário fiscal de 2024.

Até o momento, foram definidos apenas reajustes a servidores celetistas de algumas fundações (leia mais na página 16), aos quais o governo é obrigado a conceder o dissídio anual, e aos professores, que são amparados pelo piso nacional do magistério. No caso das demais carreiras, a tendência é de que se concedam reajustes específicos, em vez de revisão geral como a de 6% aplicada em 2022.

“

Quando fizemos reforma que exigiram aumento e contribuições previdenciária, no IPE ou revisões nas carreiras, os servidores não deixaram faltar à população os serviços. Sou grato por isso e é legítimo que agora estejam demandando um mínimo de recomposição de seu poder de compra.

EDUARDO LEITE
Governador do Rio Grande do Sul

O contexto

- No ano passado, o governo do Estado conseguiu fechar o exercício com as despesas para pagamento de pessoal abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que, na prática, possibilita algumas ações por parte do Palácio Piratini na área do funcionalismo.

- O Executivo pode conceder aumentos salariais, alterar a estrutura de carreiras, criar novos cargos e promover servidores.

- O governo fechou 2023 gastando 45,03% da receita corrente líquida com servidores. O limite prudencial é de 46,55% e o máximo, de 49%.



Chefe do Executivo se comprometeu a remeter à Assembleia texto que reestrutura a Agergs

Discurso em defesa da privatização da CEEE

Em discurso na Assembleia Legislativa ontem, o governador Eduardo Leite defendeu a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), promovida em seu primeiro mandato. A venda da companhia tornou-se alvo de questionamentos nos últimos meses, em razão de falhas na atuação da empresa no fornecimento de energia.

Em sua manifestação, Leite disse que o tema suscita “paixões”, mas que a privatização tem rendido R\$ 1 bilhão por ano em recursos ao Estado, já que, quando pública, a empresa deixava de pagar ICMS.

– Na época da CEEE pública, o serviço não era bom. A concessionária estava com uma intimação por descumprimento de indicadores econômicos e financeiros e já figurava como a pior empresa de distribuição de energia do Brasil – declarou.

O governador foi rebatido por funcionários públicos que estavam nas galerias, que entoaram a frase “CEEE pública”. Leite reagiu e respondeu que a manifestação dos servidores era “incoerente”:

– Absoluta incoerência dessa manifestação. A CEEE pública estava tirando dinheiro do tesouro do Estado que serve para pagar seus salários e para investir na educação – rebateu.

As queixas quanto à lentidão da CEEE no restabelecimento da energia após o temporal de janeiro suscitaram reações de políticos e de diversos órgãos públicos. Na Assembleia, a oposição articula a criação de CPI para investigar a criação de CPI para investigar a Equatorial, mas o governo trabalha para evitar a criação da comissão. Leite disse publicamente ser contra a CPI e nenhum deputado da base deu aval ao requerimento, que está a uma assinatura de ser protocolado.

No discurso aos deputados, ontem, o governador disse que, depois da privatização, a Equatorial

Outras iniciativas

- Além do reajuste aos professores, outros dois projetos devem ser protocolados nesta semana na Assembleia Legislativa.

- Um deles prevê incentivo tributário para que a JBS adquira o frigorífico da Languiru, em Poço das Antas. A proposta também deve criar benefícios para outros setores, como o de oxigênio para a indústria de garrafas e o da casca de arroz para a produção de energia.

- Outro texto deve adequar a legislação sobre o Difal/ICMS, conhecido como imposto de fronteira, a um julgamento recente do Supremo Tribunal Federal.

já fez “investimentos importantes”, mas que o “passivo acumulado” pela companhia estatal era enorme. Ele ponderou ainda que as falhas no restabelecimento de energia no temporal de janeiro devem ser “punidas e corrigidas”.

Leite falou aos parlamentares em sessão especial que marcou a entrega da mensagem anual do Executivo à Assembleia. Esse evento acontece todos os anos, no início das atividades legislativas.

Modernização

Nessa ocasião, o governador apresenta aos deputados um documento retratando a situação do governo e discursa a respeito da agenda que pretende implementar nos meses seguintes. Dentre as propostas que Leite se comprometeu a encaminhar estão projetos que reestruturam a Agergs, agência responsável por fiscalizar a CEEE e outros serviços públicos do Estado.

– Em 2024 vamos encaminhar a discussão sobre uma nova Agergs, etapa fundamental na modernização da máquina pública após um bem-sucedido plano de privatizações e concessões – disse Leite.

Após a manifestação do governador, o presidente da Assembleia, Adolfo Brito (PP), cumprimentou-o pela intenção de fortalecer a Agergs.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Página:** 12